

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Bárbara Arantes Sanches Vasconcelos

MACROECONOMIA ABERTA:
Análise do Balanço de Pagamentos, da Balança Comercial e a Relação com o
Processo de Desindustrialização Brasileira

Belo Horizonte
2019

Bárbara Arantes Sanches Vasconcelos

MACROECONOMIA ABERTA:

**Análise do Balanço de Pagamentos, da Balança Comercial e a Relação com o
Processo de Desindustrialização Brasileira**

Trabalho apresentada à disciplina
Macroeconomia Aberta do Curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Ciências
Econômicas e Gerenciais da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Paulo Sérgio Martins Alves

Belo Horizonte

2019

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 O BALANÇO DE PAGAMENTOS	6
2.1 Transações Correntes ou Contas Correntes	6
2.2 Conta Capital	7
2.3 Conta Financeira	7
2.4 Conta Erros e Omissões.....	8
2.5 Resultado do Balanço de Pagamentos no período de 1999 a 2018.....	11
3 A EVOLUÇÃO DO SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS E DA BALANÇA COMERCIAL.....	19
3.1 Governo Fernando Henrique Cardoso II	19
3.2 Governo Lula I	20
3.3 Governo Lula II	21
3.4 Governo Dilma I.....	22
3.5 Governo Dilma II / Temer	22
4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE BRASILEIRA E O IMPACTO NA BALANÇA COMERCIAL	25
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O Balanço de Pagamentos (BP) é o resumo contábil das interações econômicas de uma nação com as demais economias em um determinado período de tempo. Com base nesse balanço é possível avaliar a situação econômica internacional do país. De acordo com Kurgman (2010), o BP é composto pelas contas Transações Correntes (TC), Conta Capital, Conta Financeira e Erros e Omissões. A soma de todas essas contas gera o saldo do Balanço de Pagamentos. Este saldo representa as variações das reservas internacionais, um dos sinais mais usados para a avaliação da economia nacional.

“As reservas internacionais oficiais são ativos estrangeiros mantidos pelos bancos centrais como um amortecedor contra infortúnios econômicos nacionais” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, p. 230). Sendo assim, as reservas internacionais são estratégicas para um bom funcionamento da economia. Giambiagi et al apud Prates e Rezende (2015) afirmam que foi precisamente uma baixa quantidade de reservas internacionais que causaram problemas que impediam o crescimento econômico no Brasil como, por exemplo, o estrangulamento externo.

No estudo apresentado por Prates e Rezende (2015), os autores afirmam que as reservas internacionais brasileiras crescem continuamente desde 2000.

No início do novo milênio, o total de reservas totalizava 32,6 bilhões de dólares. De 2000 a 2014, quando o valor foi de 369,8 bilhões, houve um crescimento de aproximadamente 1.000%, colocando o Brasil na sexta posição entre os países que mais detêm reservas internacionais. (PRATES e REZENDE, 2015, p. 15).

Prates e Rezende (2015) afirmam, porém, que o bom desempenho das reservas internacionais possa esconder problemas nas contas do Balanço de Pagamentos, uma vez que os resultados do saldo do BP servem como base para a taxa de câmbio da moeda nacional, o que impacta nos preços relativos dos bens produzidos internamente e os bens externos.

Isso é relevante pois, “a balança comercial foi a grande responsável pelos saldos positivos na conta corrente brasileira nos últimos anos” (LEÃO, 2010, p. 10). Leão (2010) afirma que durante e após a crise de 2008, muitas perdas na balança comercial foram causadas pela desvalorização do real, devido a empresas nacionais

que substituíram suas receitas operacionais por receitas financeiras, provenientes do mercado especulativo do câmbio.

Além da vulnerabilidade devido as ações dos agentes, a balança comercial também apresenta o problema de ter grande parte da sua pauta de exportação baseada em commodities e pouca participação de produtos manufaturados e bens de capital, sendo deficitária nestas duas categorias.

A dependência das commodities é algo preocupante, pois tem muita volatilidade no mercado. Segundo Nascimento (2014), após a crise financeira de 2008, os preços das commodities já começaram a estagnar e a cair devido a diminuição da demanda e da renda externa. O autor afirma que, a melhora dos saldos do balanço de pagamento que é observado após o final da década de 90 não é fruto de mudanças estruturais nas pautas de exportações, mas sim da alta dos preços das commodities, impulsionada pela demanda chinesa e indiana.

O problema estrutural na balança comercial é a desindustrialização precoce da economia brasileira. De acordo com Nascimento (2014), a valorização dos preços das commodities levou a um aumento das reservas internacionais e, conseqüentemente, a uma valorização da taxa de câmbio. Porém, tal valorização cambial prejudica as exportações de manufaturados brasileiros, uma vez que ficam relativamente mais caros, e a demanda interna por bens manufaturados nacionais, já que os mesmos bens produzidos externamente estão relativamente mais baratos.

A suposta doença holandesa pode encontrar explicação na ascensão da indústria chinesa. Primeiro, pela necessidade de matérias-primas, o crescimento da indústria chinesa aumenta as exportações de commodities do Brasil; segundo, a apreciação da moeda brasileira e a depreciação da moeda chinesa combinados com a alta competitividade da indústria chinesa e a baixa competitividade da indústria brasileira, gera um processo de substituição da produção doméstica; terceiro, essa combinação não substitui apenas a demanda doméstica, mas também a demanda externa, ou seja, parte da redução das exportações brasileiras de manufaturados foi provocada pela alta competitividade da indústria chinesa também no mercado externo (NASCIMENTO, 2014, p.32).

Tendo em vista os riscos presentes que uma reprimarização da economia pode ter na balança comercial, no saldo das transações correntes e das mudanças nas reservas internacionais, o trabalho tem como objetivo geral acompanhar a evolução do Balanço de pagamento, de 1998 a 2018, averiguando os impactos causados pela desindustrialização. Como objetivos específicos será explicado o balanço de

pagamento e todas suas rubricas; a evolução histórica do BP, da balança comercial e das reservas internacionais e, por fim, as causas da desindustrialização precoce brasileira, como ela ocorreu e quais seus impactos econômicos ao longo período estudado.

2 O BALANÇO DE PAGAMENTOS

Conforme demonstrado na introdução, o balanço de pagamentos é o resumo contábil das interações econômicas de uma nação com as demais economias em um determinado período. O Banco Central é a instituição responsável por realizar o registro e publicar os resultados encontrados.

O balanço de pagamentos pode ser decomposto em quatro grandes contas analíticas: Transações Correntes ou Contas Correntes, Conta Capital, Conta Financeira e Erros e Omissões. As Transações Correntes referem-se à parte real da economia, ou seja, à produção e geração de renda. Já as contas capital e financeira referem-se aos fluxos de financiamento e acumulação de ativos.

2.1 Transações Correntes ou Contas Correntes

Conta que registra os fluxos de pagamentos e recebimentos referentes às exportações e importações de mercadorias e serviços, de rendas de ocupação profissional e capital, e as transferências unilaterais de rendas entre o país e o resto do mundo (BACEN, 2019).

As Transações Correntes possuem quatro subcontas, sendo a Balança Comercial, a Balança de Serviços, as Rendas Primárias e as Rendas Secundárias.

- **Balança Comercial (BC):** refere-se ao registro das exportações e importações de mercadorias. É importante ressaltar que é desconsiderado nesse registro fretes, comissões e seguros.
- **Balança de Serviços (BS):** refere-se ao registro das receitas e despesas no fornecimento de serviços.
- **Rendas Primárias (RP):** refere-se ao registro das receitas e despesas relativas às rendas de ocupação profissional e capital.
- **Rendas Secundárias (RS):** refere-se ao registro de todas as transferências unilaterais de rendas que não possuem como fato gerador a compra de um

bem, o fornecimento de um serviço ou o uso de um fator de produção.

Frente o exposto, o saldo da conta de Transações Correntes é obtido através da soma da Balança Comercial, Balança de Serviços, Renda Primária e Renda Secundária ($TC = BC + BS + RP + RS$).

2.2 Conta Capital

Conta que registra os créditos e débitos de ativos reais e financeiros e as transferências unilaterais de bens não financeiros não produzidos. Citam-se como exemplos patentes, direitos sobre recursos naturais etc. (BACEN, 2019).

2.3 Conta Financeira

Conta que registra as aquisições e vendas internacionais de ativos e passivos financeiros. (BACEN, 2019).

Assim como as Transações Correntes, a Conta Financeira possui quatro contas, sendo: Investimento Direto, Investimento em Carteira, Derivativos e Outros Investimentos.

- **Investimento Direto:** refere-se às contribuições provenientes do exterior que são empregadas na produção do país. São divididos em Investimento Direto no Exterior que se refere aos ativos estrangeiros que são detidos por residentes e Investimento Direto no Brasil que se refere a conta de passivos.
- **Investimento em Carteira:** subconta que registra as receitas e despesas relativas às aplicações em rendas fixas ou variáveis, ações, depósitos bancários e debêntures.
- **Derivativos:** registro das receitas e despesas relativas aos instrumentos financeiros que não incidem juros, antecipações ou reembolso de capital.
- **Outros Investimentos:** registra os fluxos de financiamentos, empréstimos,

créditos e outros ativos e passivos de curto e longo prazos.

2.4 Conta Erros e Omissões

Conta que possibilita o fechamento do Balanço de Pagamentos, uma vez que algumas operações não são registradas, mas alteram as reservas internacionais. (BACEN, 2019).

Diante de todo o exposto, o saldo do Balanço de Pagamentos é obtido através da soma de suas quatro principais conta, a saber:

$$\begin{aligned} & \textbf{Transações Correntes} \\ & \quad + \\ & \quad \textbf{Conta Capital} \\ & \quad + \\ & \quad \textbf{Conta Financeira} \\ & \quad + \\ & \quad \textbf{Erros e Omissões} \\ & \quad = \\ & \textbf{Saldo do Balanço de Pagamentos} \end{aligned}$$

O quadro 1 refere-se à um compilado de informações referentes a essas contas do Balanço de Pagamentos que foram retirados do site Banco Central do Brasil.

QUADRO 01 – CONCEITOS DAS CONTAS E RUBRICAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

CONTA / RUBRICA	CONCEITO
TRANSAÇÕES CORRENTES	Representa o somatório dos valores líquidos da Balança Comercial, Serviços, Rendas Primárias e Rendas Secundárias
Balança Comercial (FOB)	A balança comercial é o resultado das exportações menos as importações. As exportações e importações são consideradas pelos valores fob, ou seja, livre dos custos internacionais de transporte e seguro. Com relação ao momento do registro das exportações utiliza-se o Sistema Geral, que leva em consideração a fronteira física de um país. Para as importações utiliza-se o Sistema Especial, ou seja, o momento do despacho aduaneiro (liberação alfandegária) da mercadoria. A metodologia e cobertura utilizadas na apuração estatística de comércio exterior no Brasil estão baseadas nas recomendações internacionais.
Serviços	Representa o líquido das receitas e despesas das seguintes modalidades de serviços apuradas para o balanço de pagamentos: Transportes, Viagens internacionais, Seguros, Serviços governamentais, Serviços financeiros, Computação e informação, Royalties e licenças, Aluguel de equipamentos, Serviços de comunicações, Serviços de construção, Serviços relativos ao comércio, Serviços empresariais, profissionais e técnicos, Serviços pessoais, culturais e recreação, Serviços diversos
Renda Primeira	Representa o somatório das receitas e despesas de: salários e ordenados, lucros e dividendos e juros.
Renda Secundária	Registra as transferências de qualquer espécie (moeda ou mercadoria) entre residentes e não residentes de uma economia sem que haja contraprestação, financeira ou não, por parte do beneficiário. Incluem-se as contribuições a entidades de classe, a entidades associativas e a organismos internacionais, bilhetes e prêmios de loterias oficiais, impostos, taxas, indenizações não amparadas por seguros, aposentadorias, pensões e reparações de guerra. Inclui, também, as transferências efetuadas por migrantes (remessas de trabalhadores), doações, heranças, vales e reembolsos postais e prêmios auferidos em competições.

CONTA CAPITAL	Conta capital (líquido) compreende as transferências unilaterais de capital e a aquisição/alienação de bens não financeiros não produzidos relacionados com a cessão de marcas e patentes. Transferências unilaterais de capital (receita e despesa) compreende os ingressos e remessas para o exterior a título de transferências de patrimônio de migrantes. Anteriormente à 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos, esses valores eram alocados em transferências correntes. Bens não financeiros não produzidos relaciona-se com a venda ou compra de marcas ou patentes. Esta série iniciou-se em 2000, quando foram criados os códigos de natureza das operações para a cessão de marcas e patentes. Anteriormente, só existia a codificação para a licença de uso de marcas e patentes (alocadas em serviços - royalties e licenças).
CONTA FINANCEIRA	Representa o somatório dos valores líquidos dos: investimentos diretos, investimentos em carteira, derivativos e outros investimentos.
Investimento Direto	Representa o somatório dos valores líquidos de: investimento brasileiro direto no exterior investimento estrangeiro direto no Brasil Compõem os investimentos diretos a participação no capital de empresas e os empréstimos intercompanhia. O investimento direto é caracterizado por uma participação duradoura e um significativo grau de influência na direção da empresa. Em termos quantitativos, o Manual de Balanço de Pagamentos define como investimento direto a aquisição de 10% ou mais de ações ordinárias ou do total de votos. No caso brasileiro existem normativos diferenciados para os investimentos em carteira e diretos, que atendem de forma eficiente ao conceito de participação efetiva na empresa, apesar de não mencionar o limite de 10%.
Investimento em Carteira	Registra os fluxos líquidos de ativos: (Investimento brasileiro em carteira - IBC) e passivos (Investimento estrangeiro em carteira - IEC), constituídos por valores mobiliários comumente negociados em mercados secundários de títulos.
Derivativos	Registra os fluxos financeiros relativos à liquidação de haveres e obrigações decorrentes de operações de swap, opções e futuros e os fluxos relativos aos prêmios de opções. Não inclui os fluxos de depósitos de margens de garantia vinculados às operações em bolsas de futuros, alocados em outros investimentos de curto prazo.

Outros Investimentos	Representa o somatório dos valores líquidos dos ativos e passivos relacionados a créditos comerciais, empréstimos e financiamentos, moeda e depósito e outros ativos e passivos a curto e a longo prazos. Compreende outros investimentos brasileiros e outros investimentos estrangeiros.
ERROS E OMISSÕES	Ao se realizar lançamentos no balanço com base em diversas fontes de informações, obtém-se um conjunto coerente de lançamentos a crédito e a débito, cujo total líquido é teoricamente igual a zero. Na prática, contudo, o balanço totaliza saldo líquido diferente de zero em razão, principalmente, das discrepâncias temporais nas fontes de dados utilizadas. Isso torna necessário o lançamento de partida equilibradora para o balanceamento das contas. Os erros e omissões se prestam a compensar toda sobrestimação ou subestimação dos componentes registrados. A magnitude da partida equilibradora não é necessariamente um indício da exatidão geral do balanço, uma vez que falhas de compilação podem ser compensadas dentro do mesmo período.
Haveres da Autoridade Monetária	Representa a variação das reservas internacionais do país, no conceito de liquidez internacional, deduzidos os ajustes relativos a valorizações/desvalorizações das moedas estrangeiras em relação ao dólar americano e os ganhos/perdas relativos a flutuações nos preços dos títulos e do ouro. Um sinal negativo indica aumento nos haveres.
BALANÇO DE PAGAMENTOS	O balanço de pagamentos é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo.

FONTE: Elaborado pela autora com dados extraídos do BANCO CENTRAL DO BRASIL (2019).

2.5 Resultado do Balanço de Pagamentos no período de 1999 a 2018.

Para uma melhor compreensão da análise da evolução dos saldos do balanço de pagamento e da balança comercial, faz-se necessário demonstrar os valores publicados pelo Banco Central do balanço entre os anos de estudo deste trabalho, ou seja, do período de 1998 a 2018. Destaca-se que a publicação será feita de maneira anual, dividida por governo. Ademais, será realizada uma média aritmética para demonstração dos valores obtidos por cada governo nesse período, a saber:

Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002), Lula I (2003-2006), Lula II (2007,2010),
Dilma I (2011-2014), Dilma II/Temer (2015-18).

**Tabela 1: Balanço de Pagamentos
Governo Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002)**

Balanço de Pagamentos					
Governo Fernando Henrique Cardoso II - 1999-2002					
US\$ milhões					
Discriminação	1999	2000	2001	2002	1999-2002
	Ano	Ano	Ano	Ano	Média
Transações correntes	- 25 869	- 24 794	- 23 721	- 8 097	- 20 620
Balança comercial - Balanço de Pagamentos	- 2 115	- 1 623	1 534	12 049	2 461
Exportações	48 264	55 313	58 264	60 427	55 567
Importações	50 380	56 936	56 730	48 377	53 106
Serviços	- 6 962	- 7 211	- 7 586	- 4 818	- 6 644
Viagens	- 1 457	- 2 084	- 1 468	- 398	- 1 352
Transportes	- 3 053	- 2 868	- 2 978	- 1 961	- 2 715
Aluguel de equipamentos	- 599	- 1 311	- 1 867	- 1 672	- 1 362
Demais serviços	- 1 853	- 948	- 1 273	- 787	- 1 215
Renda primária	- 18 481	- 17 481	- 19 307	- 17 718	- 18 247
Remuneração de empregados	142	79	95	102	105
Juros	- 14 509	- 14 244	- 14 441	- 12 658	- 13 963
Lucros e dividendos	- 4 115	- 3 316	- 4 961	- 5 162	- 4 388
Renda secundária	1 689	1 521	1 638	2 390	1 809
Conta capital	61	127	106	79	93
Conta financeira	- 25 525	- 21 996	- 24 181	- 8 158	- 19 965
Investimentos – ativos	4 913	6 502	5 492	5 123	5 507
Investimento direto no exterior	1 498	2 497	- 1 489	2 479	1 246
Ativos de bancos	- 683	- 1 596	3 896	- 4 755	- 785
Demais ativos1/	4 098	5 601	3 085	7 399	5 046
Investimentos – passivos	22 705	26 433	33 451	13 939	24 132
Investimento direto no país	28 386	32 995	23 226	16 587	25 298
Ações totais2/	2 572	3 076	2 481	1 981	2 527
Títulos negociados no mercado doméstico	- 1 378	- 199	- 274	- 223	- 518
Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo	2 705	- 2 104	5 631	301	1 633
Ingressos	48 138	34 644	38 087	33 355	38 556
Títulos públicos	7 708	12 189	8 831	3 940	8 167
Títulos privados	11 976	6 529	8 218	2 254	7 244
Empréstimos diretos	4 203	6 967	5 017	2 286	4 618
Demais empréstimos3/	24 251	8 959	16 021	24 874	18 526
Amortizações	45 432	36 748	32 456	33 053	36 922
Títulos públicos	4 535	8 615	5 401	1 994	5 136
Títulos privados	13 237	4 510	13 606	9 941	10 323
Empréstimos diretos	7 126	4 403	3 645	3 655	4 707
Demais empréstimos3/	20 535	19 220	9 804	17 463	16 755
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	985	- 896	- 1 252	- 5 826	- 1 747
Demais passivos1/	- 10 565	- 6 439	3 638	1 119	- 3 062
Derivativos	88	197	471	356	278
Ativos de reserva	- 7 822	- 2 262	3 307	302	- 1 619
Erros e omissões	283	2 671	- 565	- 140	562
Resultado Global do BP	- 51 051	- 43 991	- 48 362	- 16 316	- 39 930
1/ Inclui créditos comerciais.					
2/ Inclui ações negociadas em bolsas de valores do Brasil e do exterior.					
3/ Inclui créditos de agências e organismos.					
* Dados preliminares.					

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

**Tabela 2: Balanço de Pagamentos
 Governo Lula I (2003-2006)**

Balanço de Pagamentos Governo Lula I - 2003 a 2006					US\$ milhões
Discriminação	2003 Ano	2004 Ano	2005 Ano	2006 Ano	2003-2006 Média
Transações correntes	3 760	11 347	13 547	13 030	10 421
Balança comercial - Balanço de Pagamentos	23 749	32 538	43 425	45 119	36 208
Exportações	73 112	96 443	118 250	137 808	106 403
Importações	49 363	63 905	74 825	92 689	70 195
Serviços	- 4 720	- 4 321	- 7 883	- 9 410	- 6 584
Viagens	218	351	- 858	- 1 448	- 434
Transportes	- 1 586	- 1 986	- 1 953	- 3 123	- 2 162
Aluguel de equipamentos	- 2 312	- 2 166	- 4 130	- 4 887	- 3 374
Demais serviços	- 1 039	- 520	- 942	47	- 614
Renda primária	- 18 135	- 20 107	- 25 553	- 26 985	- 22 695
Remuneração de empregados	109	181	214	177	170
Juros	- 12 603	- 12 950	- 13 081	- 10 794	- 12 357
Lucros e dividendos	- 5 640	- 7 338	- 12 686	- 16 369	- 10 508
Renda secundária	2 867	3 236	3 558	4 306	3 492
Conta capital	83	- 213	187	180	59
Conta financeira	2 967	9 020	13 040	13 115	9 536
Investimentos – ativos	8 886	11 543	8 673	35 567	16 167
Investimento direto no exterior	229	9 822	2 910	28 798	10 440
Ativos de bancos	6 482	- 2 094	570	947	1 476
Demais ativos1/	2 176	3 815	5 193	5 822	4 251
Investimentos – passivos	14 566	5 445	- 8	52 980	18 246
Investimento direto no país	10 123	18 161	15 460	19 418	15 791
Ações totais2/	2 973	2 081	6 451	7 716	4 805
Títulos negociados no mercado doméstico	272	101	689	11 042	3 026
Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo	1 452	- 15 787	- 26 613	594	- 10 089
Ingressos	39 492	19 418	27 802	43 069	32 445
Títulos públicos	6 025	5 728	12 490	5 450	7 423
Títulos privados	5 791	5 285	7 337	10 369	7 195
Empréstimos diretos	2 888	3 735	2 606	18 564	6 948
Demais empréstimos3/	24 788	4 670	5 369	8 686	10 878
Amortizações	38 040	35 205	54 415	42 475	42 534
Títulos públicos	5 006	5 493	9 858	18 698	9 764
Títulos privados	5 251	12 071	10 888	6 894	8 776
Empréstimos diretos	3 464	2 926	2 671	8 812	4 468
Demais empréstimos3/	24 318	14 715	30 999	8 071	19 526
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	- 1 117	- 811	- 625	- 425	- 744
Demais passivos1/	863	1 700	4 630	14 635	5 457
Derivativos	151	677	40	- 41	207
Ativos de reserva	8 496	2 244	4 319	30 569	11 407
Erros e omissões	- 876	- 2 114	- 694	- 95	- 945
Resultado Global do BP	5 933	18 040	26 081	26 230	19 071

1/ Inclui créditos comerciais.
 2/ Inclui ações negociadas em bolsas de valores do Brasil e do exterior.
 3/ Inclui créditos de agências e organismos.
 * Dados preliminares.

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

**Tabela 3: Balanço de Pagamentos
Governo Lula II (2007-2010)**

Balanço de Pagamentos Governo Lula II - 2007 a 2010					US\$ milhões
Discriminação	2007 Ano	2008 Ano	2009 Ano	2010 Ano	2007-2010 Média
Transações correntes	408	- 30 640	- 26 261	- 79 014	- 33 877
Balança comercial - Balanço de Pagamentos	38 483	23 802	24 958	18 491	26 434
Exportações	160 667	198 378	153 609	201 324	178 495
Importações	122 184	174 576	128 651	182 833	152 061
Serviços	- 13 103	- 16 861	- 19 574	- 30 156	- 19 923
Viagens	- 3 258	- 5 177	- 5 594	- 10 704	- 6 183
Transportes	- 4 378	- 4 996	- 3 924	- 6 138	- 4 859
Aluguel de equipamentos	- 5 771	- 7 808	- 9 393	- 13 718	- 9 172
Demais serviços	305	1 121	- 664	404	291
Renda primária	- 29 002	- 41 806	- 34 983	- 70 245	- 44 009
Remuneração de empregados	448	545	603	498	524
Juros	- 7 015	- 8 476	- 10 368	- 11 993	- 9 463
Lucros e dividendos	- 22 435	- 33 875	- 25 218	- 58 750	- 35 070
Renda secundária	4 029	4 224	3 338	2 896	3 622
Conta capital	249	152	237	242	220
Conta financeira	- 2 495	- 28 806	- 26 354	- 69 950	- 31 901
Investimentos – ativos	33 983	27 831	20 061	71 841	38 429
Investimento direto no exterior	17 061	26 115	- 4 552	26 763	16 347
Ativos de bancos	9 153	- 5 056	623	- 599	1 030
Demais ativos1/	7 768	6 772	23 989	45 677	21 052
Investimentos – passivos	124 672	59 918	92 909	191 003	117 126
Investimento direto no país	44 579	50 716	31 481	82 390	52 292
Ações totais2/	26 217	- 7 565	37 071	37 671	23 349
Títulos negociados no mercado doméstico	20 787	17 109	11 933	17 516	16 836
Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo	- 2 320	8 765	6 753	30 062	10 815
Ingressos	34 394	29 393	33 088	60 613	39 372
Títulos públicos	2 883	525	4 100	2 818	2 582
Títulos privados	15 434	7 294	8 506	22 924	13 540
Empréstimos diretos	6 018	5 690	3 079	10 754	6 385
Demais empréstimos3/	10 058	15 884	17 403	24 117	16 866
Amortizações	36 714	20 627	26 334	30 551	28 557
Títulos públicos	10 660	3 540	4 062	5 399	5 915
Títulos privados	9 904	8 835	8 965	9 293	9 249
Empréstimos diretos	12 080	3 107	4 288	4 649	6 031
Demais empréstimos3/	4 070	5 146	9 019	11 210	7 361
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	17 419	- 12 084	- 2 817	27 428	7 487
Demais passivos1/	17 989	2 977	8 487	- 4 064	6 347
Derivativos	710	312	- 156	112	245
Ativos de reserva	87 484	2 969	46 651	49 101	46 551
Erros e omissões	- 3 152	1 682	- 330	8 823	1 756
Resultado Global do BP	- 4 989	- 57 613	- 52 708	- 139 899	- 63 802
1/ Inclui créditos comerciais.					
2/ Inclui ações negociadas em bolsas de valores do Brasil e do exterior.					
3/ Inclui créditos de agências e organismos.					
* Dados preliminares.					

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

**Tabela 4: Balanço de Pagamentos
Governo Dilma I (2011-2014)**

Balanço de pagamentos Governo Dilma I - 2011 a 2014					US\$ milhões
Discriminação	2011 Ano	2012 Ano	2013 Ano	2014 Ano	2011-2014 Média
Transações correntes	- 76 288	- 83 800	- 79 792	- 101 431	- 85 328
Balança comercial - Balanço de Pagamentos	27 625	17 420	389	- 6 629	9 701
Exportações	255 506	242 283	241 577	224 098	240 866
Importações	227 881	224 864	241 189	230 727	231 165
Serviços	- 37 166	- 40 168	- 46 372	- 48 107	- 42 953
Viagens	- 14 707	- 15 661	- 18 554	- 18 724	- 16 912
Transportes	- 7 962	- 8 398	- 9 376	- 8 697	- 8 608
Aluguel de equipamentos	- 16 682	- 18 736	- 19 056	- 22 629	- 19 276
Demais serviços	2 185	2 627	614	1 943	1 842
Renda primária	- 69 731	- 63 889	- 37 492	- 49 420	- 55 133
Remuneração de empregados	567	511	511	357	486
Juros	- 14 448	- 16 630	- 19 324	- 21 421	- 17 956
Lucros e dividendos	- 55 849	- 47 770	- 18 679	- 28 356	- 37 664
Renda secundária	2 984	2 838	3 683	2 725	3 058
Conta capital	256	208	322	231	254
Conta financeira	- 80 512	- 83 040	- 78 626	- 96 587	- 84 691
Investimentos – ativos	35 002	33 326	62 930	74 073	51 333
Investimento direto no exterior	16 067	2 083	15 644	20 607	13 600
Ativos de bancos	- 5 200	3 787	3 428	- 1 435	145
Demais ativos1/	24 135	27 456	43 859	54 902	37 588
Investimentos – passivos	174 147	135 241	135 520	183 061	156 992
Investimento direto no país	102 427	92 568	75 211	87 714	89 480
Ações totais2/	7 174	5 602	11 126	11 493	8 849
Títulos negociados no mercado doméstico	5 250	11 373	30 962	27 068	18 663
Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo	47 651	18 730	2 504	21 583	22 617
Ingressos	82 149	56 310	60 543	71 184	67 546
Títulos públicos	1 650	3 867	4 050	8 967	4 634
Títulos privados	25 458	13 409	9 976	11 061	14 976
Empréstimos diretos	36 868	27 313	28 174	33 439	31 448
Demais empréstimos3/	18 174	11 720	18 343	17 717	16 488
Amortizações	34 497	37 580	58 039	49 601	44 929
Títulos públicos	4 140	3 422	2 860	3 466	3 472
Títulos privados	4 746	7 477	11 990	11 341	8 889
Empréstimos diretos	8 658	13 900	27 285	19 362	17 301
Demais empréstimos3/	16 954	12 782	15 903	15 431	15 267
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	- 3 888	- 4 125	- 146	24 896	4 184
Demais passivos1/	15 532	11 093	15 862	10 306	13 199
Derivativos	- 3	- 25	- 110	1 568	358
Ativos de reserva	58 637	18 900	- 5 926	10 833	20 611
Erros e omissões	- 4 480	552	843	4 613	382
Resultado Global do BP	- 161 023	- 166 080	- 157 253	- 193 173	- 169 382

1/ Inclui créditos comerciais.
2/ Inclui ações negociadas em bolsas de valores do Brasil e do exterior.
3/ Inclui créditos de agências e organismos.
* Dados preliminares.

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

**Tabela 5: Balanço de Pagamentos
Governo Dilma II / Temer (2015-2018)**

Balanço de pagamentos Governo Dilma II / Temer - 2015 a 2018					US\$ milhões
Discriminação	2015 Ano	2016 Ano	2017 Ano	2018 Ano	2015-2018 Média
Transações correntes	- 54 472	- 24 009	- 7 235	- 14 509	- 25 056
Balança comercial - Balanço de Pagamentos	17 655	45 037	64 028	53 587	45 077
Exportações	190 077	184 453	217 243	239 034	207 702
Importações	172 422	139 416	153 215	185 447	162 625
Serviços	- 36 915	- 30 447	- 33 850	- 33 950	- 33 791
Viagens	- 11 513	- 8 473	- 13 192	- 12 346	- 11 381
Transportes	- 5 664	- 3 731	- 4 975	- 6 154	- 5 131
Aluguel de equipamentos	- 21 532	- 19 506	- 16 838	- 15 032	- 18 227
Demais serviços	1 794	1 262	1 155	- 418	948
Renda primária	- 37 963	- 41 544	- 40 045	- 36 668	- 39 055
Remuneração de empregados	349	290	284	248	293
Juros	- 22 854	- 22 929	- 24 502	- 19 970	- 22 564
Lucros e dividendos	- 15 458	- 18 905	- 15 827	- 16 946	- 16 784
Renda secundária	2 751	2 944	2 632	2 522	2 712
Conta capital	461	274	379	440	388
Conta financeira	- 51 177	- 10 259	- 443	- 7 742	- 17 405
Investimentos – ativos	43 504	47 285	68 243	73 215	58 062
Investimento direto no exterior	3 134	14 693	19 352	14 060	12 810
Ativos de bancos	- 1 087	- 1 696	- 6 678	- 1 173	- 2 658
Demais ativos1/	41 457	34 287	55 568	60 327	47 910
Investimentos – passivos	99 699	65 813	74 484	86 638	81 658
Investimento direto no país	60 334	73 378	70 258	88 319	73 072
Ações totais2/	9 787	11 040	5 674	- 5 634	5 217
Títulos negociados no mercado doméstico	16 718	- 26 664	- 5 066	- 4 348	- 4 840
Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo	- 3 573	- 15 692	- 5 659	- 7 356	- 8 070
Ingressos	72 896	55 240	58 685	63 589	62 603
Títulos públicos	54	3 050	4 072	2 050	2 307
Títulos privados	10 432	7 445	10 202	10 824	9 726
Empréstimos diretos	46 349	25 740	28 988	36 116	34 298
Demais empréstimos3/	16 061	19 005	15 424	14 599	16 272
Amortizações	76 469	70 932	64 344	70 945	70 672
Títulos públicos	3 472	1 472	7 404	329	3 169
Títulos privados	15 152	12 938	8 896	11 710	12 174
Empréstimos diretos	41 023	39 115	30 875	39 269	37 571
Demais empréstimos3/	16 822	17 407	17 170	19 637	17 759
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	- 6 269	4 384	- 5 294	5 916	- 316
Demais passivos1/	22 703	19 367	14 572	9 741	16 596
Derivativos	3 450	- 969	705	2 753	1 485
Ativos de reserva	1 569	9 237	5 093	2 928	4 707
Erros e omissões	2 834	13 476	6 413	6 328	7 263
Resultado Global do BP	- 102 354	- 20 519	- 886	- 15 484	- 34 811

1/ Inclui créditos comerciais.
2/ Inclui ações negociadas em bolsas de valores do Brasil e do exterior.
3/ Inclui créditos de agências e organismos.
* Dados preliminares.

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

**Tabela 6: Balanço de Pagamentos
Análise por Governo (1999-2018)**

Balanço de Pagamentos					
Análise por governo					
US\$ milhões					
Discriminação	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018
	Média	Média	Média	Média	Média
Transações correntes	- 20 620	10 421	- 33 877	- 85 328	- 25 056
Balança comercial - Balanço de Pagamentos	2 461	36 208	26 434	9 701	45 077
Exportações	55 567	106 403	178 495	240 866	207 702
Importações	53 106	70 195	152 061	231 165	162 625
Serviços	- 6 644	- 6 584	- 19 923	- 42 953	- 33 791
Viagens	- 1 352	- 434	- 6 183	- 16 912	- 11 381
Transportes	- 2 715	- 2 162	- 4 859	- 8 608	- 5 131
Aluguel de equipamentos	- 1 362	- 3 374	- 9 172	- 19 276	- 18 227
Demais serviços	- 1 215	- 614	291	1 842	948
Renda primária	- 18 247	- 22 695	- 44 009	- 55 133	- 39 055
Remuneração de empregados	105	170	524	486	293
Juros	- 13 963	- 12 357	- 9 463	- 17 956	- 22 564
Lucros e dividendos	- 4 388	- 10 508	- 35 070	- 37 664	- 16 784
Renda secundária	1 809	3 492	3 622	3 058	2 712
Conta capital	93	59	220	254	388
Conta financeira	- 19 965	9 536	- 31 901	- 84 691	- 17 405
Investimentos – ativos	5 507	16 167	38 429	51 333	58 062
Investimento direto no exterior	1 246	10 440	16 347	13 600	12 810
Ativos de bancos	- 785	1 476	1 030	145	- 2 658
Demais ativos ^{1/}	5 046	4 251	21 052	37 588	47 910
Investimentos – passivos	24 132	18 246	117 126	156 992	81 658
Investimento direto no país	25 298	15 791	52 292	89 480	73 072
Ações totais ^{2/}	2 527	4 805	23 349	8 849	5 217
Títulos negociados no mercado doméstico	- 518	3 026	16 836	18 663	- 4 840
Empréstimos e títulos de LP negociados no mercado externo	1 633	- 10 089	10 815	22 617	- 8 070
Ingressos	38 556	32 445	39 372	67 546	62 603
Títulos públicos	8 167	7 423	2 582	4 634	2 307
Títulos privados	7 244	7 195	13 540	14 976	9 726
Empréstimos diretos	4 618	6 948	6 385	31 448	34 298
Demais empréstimos ^{3/}	18 526	10 878	16 866	16 488	16 272
Amortizações	36 922	42 534	28 557	44 929	70 672
Títulos públicos	5 136	9 764	5 915	3 472	3 169
Títulos privados	10 323	8 776	9 249	8 889	12 174
Empréstimos diretos	4 707	4 468	6 031	17 301	37 571
Demais empréstimos ^{3/}	16 755	19 526	7 361	15 267	17 759
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	- 1 747	- 744	7 487	4 184	- 316
Demais passivos ^{1/}	- 3 062	5 457	6 347	13 199	16 596
Derivativos	278	207	245	358	1 485
Ativos de reserva	- 1 619	11 407	46 551	20 611	4 707
Erros e omissões	562	- 945	1 756	382	7 263
Resultado Global do BP	- 39 930	19 071	- 63 802	- 169 382	- 34 811
^{1/} Inclui créditos comerciais.					
^{2/} Inclui ações negociadas em bolsas de valores do Brasil e do exterior.					
^{3/} Inclui créditos de agências e organismos.					
* Dados preliminares.					

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

3 A EVOLUÇÃO DO SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS E DA BALANÇA COMERCIAL

Será analisado a seguir a evolução dos saldos do Balanço de Pagamento e o saldo da Balança Comercial, comparando os resultados entre 1999 e 2018, para perceber qual a relação entre as duas contas. Será utilizado de base para análise as tabelas demonstradas anteriormente e a revisão da literatura econômica.

3.1 Governo Fernando Henrique Cardoso II

Em 1999 e 2000 a Balança Comercial apresentou déficit de US\$ 2.115 milhões e US\$ 1.623 milhões respectivamente. O saldo do Balanço de Pagamento desses anos foram déficits de US\$ 51.051 milhões e US\$ 43.991 milhões. Nesses dois anos, ocorreram déficits em todas as principais contas, com exceção da Conta capital.

Em 2001, houve uma tímida melhora, com a Balança Comercial obtendo superávit de US\$ 1.534 milhões. Porém, o Balanço de Pagamento aumentou seu déficit para US\$ 48.362 milhões. Como as transações correntes também apresentaram uma recuperação, percebe-se de que a piora nos resultados partiram principalmente da Conta Financeira.

O ano de 2002 apresentou melhoras mais substanciais, com a Balança Comercial apresentando superávit de US\$ 12.049 milhões e o Balanço de Pagamento diminuindo seu déficit para US\$ 16.316 milhões.

O segundo governo FHC foi marcado por pequenos déficits na Balança Comercial, que segundo Antero (2010) podem ser explicadas pelas crises internacionais da época, como a moratória russa, a crise na Argentina e a crise cambial brasileira. Outro fator relevante é que em 2001 houve a diminuição das importações devido a redução da atividade econômica desencadeada pelos choques de oferta (crise energética de 2001) e de demanda (alta da taxa de juros Selic), válido notar também que o real estava desvalorizado, o que restringe a importação.

Em 2002, de acordo com Antero (2010), ocorreu o superávit comercial pois apresentou uma redução das importações, resultado da lenta recuperação industrial e do processo de substituição de importação. No mesmo ano as exportações apresentaram também um desempenho favorável.

3.2 Governo Lula I

O primeiro governo Lula foi marcado por sucessivos superávits na Balança Comercial e no Balanço de Pagamento. Em 2003 a Balança Comercial fechou com superávit de US\$ 23.749 milhões, e o Balanço de Pagamento com superávit de US\$ 5.933 milhões. Antero (2010) justifica o resultado devido à significativa expansão das exportações para mercados emergentes, como Índia e China. Deve-se ressaltar que as importações se mantiveram altas, devido a necessidade de manutenção da indústria e do câmbio valorizado.

Em 2004 o superávit na BC e no BP aumentaram, respectivamente, para US\$ 32.538 milhões e US\$ 18.040 milhões. Tais resultados, de acordo com Antero (2010), ocorreram devido a recuperação de mercados externos, como Argentina, Venezuela e México, além da crescente demanda da China, houve também a valorização das commodities. A valorização cambial e o crescimento da indústria impulsionaram as importações assim como no ano anterior.

No ano de 2005, a Balança Comercial apresentou superávit de US\$ 43.425 milhões e o Balanço de Pagamento teve um superávit de US\$ 26.081 milhões. Repetiu-se a boa performance nas exportações, e “as importações aumentaram 17,07% impulsionadas principalmente pelo setor de bens de consumo duráveis” (ANTERO, 2010, p. 35).

Em 2006, as exportações ainda apresentaram valores maiores que as importações, porém o crescimento das importações foi maior. Antero (2010) afirma que esse crescimento se deve a uma política monetária e fiscal restritivas que impediram as importações de aumentarem ainda mais. O aumento das importações é explicado pela expansão do mercado interno (possível devido ao desempenho das exportações) e a procura maior por bens de consumos duráveis vindos do exterior, além da dependência do setor produtivo de bens de capital e insumos estrangeiros. Este ano apresentou superávit na Balança Comercial e no Balanço de Pagamento de US\$ 45.119 milhões e US\$ 26.230 milhões.

3.3 Governo Lula II

Em 2007, a Balança Comercial teve uma pequena baixa no seu superávit comparada ao ano anterior, apresentando o resultado de US\$ 38.483 milhões, mas o Balanço de Pagamentos apresentou um déficit de US\$ 4.989 milhões. As exportações apresentaram bons desempenhos e o câmbio valorizou, resultando em importações elevadas. Porém, outras rubricas dentro das transações correntes (como serviços e viagens) apresentaram elevados déficits, devido ao aumento relativo do poder de compra brasileiro no mercado internacional. Tais déficits diminuíram o saldo das transações correntes, e por isso não houve saldo positivo no Balanço de Pagamentos.

Em 2008 ocorre a crise financeira nos EUA, que afetou o mundo inteiro. A Balança Comercial e o Balanço de Pagamento do Brasil apresentaram, respectivamente, um superávit de US\$ 23.802 milhões e déficit de US\$ 57.613 milhões. De acordo com Antero (2010), os resultados encontrados na Balança Comercial e no Balanço de Pagamentos eram compatíveis com a dos anos anteriores até o terceiro semestre, quando estoura a bolha do mercado imobiliário estadunidense. O déficit no BP teve como grandes causadores as outras contas das transações correntes e a conta financeira.

No ano de 2009, mesmo em um cenário de incertezas, a Balança Comercial obteve superávit de US\$ 24.958 milhões, e o Balanço de Pagamento apresentou déficit de US\$ 52.708 milhões. Novamente, o déficit no BP foi causado por contas das transações correntes e por causa da conta financeira.

Em 2010, a Balança Comercial teve um superávit mais modesto, US\$ 18.491 milhões, resultado de um crescimento das exportações, mas com as importações crescendo proporcionalmente mais. O Balanço de Pagamento, novamente, teve um déficit causado pelas contas da transação corrente e pela conta financeira. Mas, desta vez, o déficit do BP foi de maior intensidade do que em relação aos últimos anos, alcançando o valor de US\$ 139.899 milhões.

O segundo governo Lula foi marcado pelo começo da crise econômica e pelo fim dos sucessivos superávits no Balanço de Pagamentos, embora tenha continuado a apresentar superávits na Balança Comercial, cada vez mais modestos.

3.4 Governo Dilma I

O governo Dilma apresentou déficits no Balanço de Pagamento em todos os anos, e os superávits na Balança Comercial tornaram se cada vez menores, sendo que no último ano apresentou déficit. Tais resultados se devem às transações correntes e à conta financeira. No primeiro ano de seu governo, a Balança Comercial obteve superávit de US\$ 27.625 milhões e o Balanço de Pagamento teve déficit de US\$ 161.023 milhões.

Em 2012, a Balança Comercial teve superávit de 17.420 US\$ milhões e o Balanço de Pagamento apresentou déficit de US\$ 166.080 milhões. Segundo Nascimento (2014), a desvalorização cambial levou a queda das importações, mas não foi o suficiente para aumentar as exportações no nível desejado.

O ano de 2013 seguiu uma situação similar ao de 2012, com uma desvalorização cambial que não impediu uma piora dos resultados da Balança Comercial que alcançou um superávit de US\$ 389 milhões e o Balanço de Pagamento apresentou déficit de US\$ 157.253 milhões.

No último ano do primeiro governo Dilma a Balança Comercial voltou a apresentar déficit, o que não ocorria havia 14 anos, de valor de US\$ 6.629 milhões. O Balanço de Pagamento obteve déficit de US\$ 193.173 milhões.

3.5 Governo Dilma II / Temer

Esse governo foi marcado pela instabilidade política que se manifestou também em instabilidade econômica, gerando desconfiança e incerteza no mercado, levando a alta na taxa de juros e na taxa de câmbio. Embora tenha sempre alcançado superávit na Balança Comercial, devido à desvalorização cambial que incentiva as exportações e diminui as importações, essa desvalorização não foi suficiente para garantir superávits no Balanço de Pagamento, devido a performance das outras contas das transações correntes e da conta financeira.

Em 2015 houve superávit na Balança comercial e déficit no Balanço de Pagamento de, respectivamente, US\$ 17.665 milhões e US\$ 102.354. Em 2016, o resultado da Balança Comercial foi um superávit de US\$ 45.037 milhões, e do Balanço de Pagamento foi um déficit de US\$ 20.519 milhões.

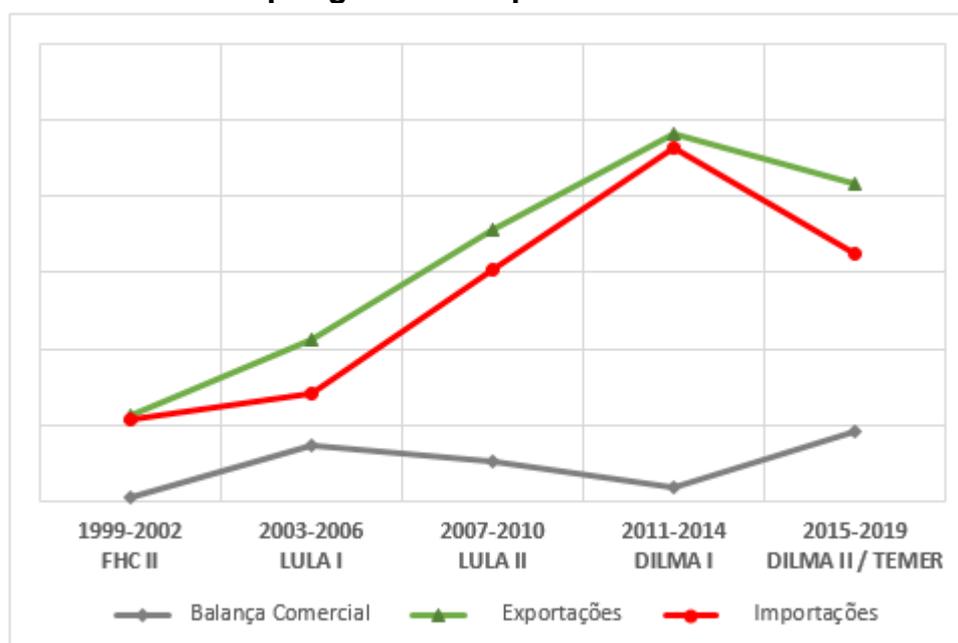
Em 2017 houve uma ligeira melhora em comparação aos anos anteriores, com a Balança Comercial obtendo um superávit de US\$ 64.028 milhões, e o Balanço de Pagamento diminuindo o déficit para US\$ 886 milhões.

Em 2018, a Balança Comercial teve uma ligeira queda no seu saldo, atingindo o superávit de US\$ 53.587 milhões. O saldo do Balanço de Pagamento, por sua vez, apresentou um resultado bem mais grave que do ano anterior, obtendo um déficit de US\$ 15.484 milhões.

Para ilustrar toda essa análise, foram desenvolvidos gráficos, com o intuito de demonstrar com mais clareza o comportamento da Balança Comercial e do Balanço de Pagamentos.

O gráfico 1 demonstra o resultando da Balança Comercial em cada um dos governos analisados neste trabalho, bem como o comportamento da exportação e da importação.

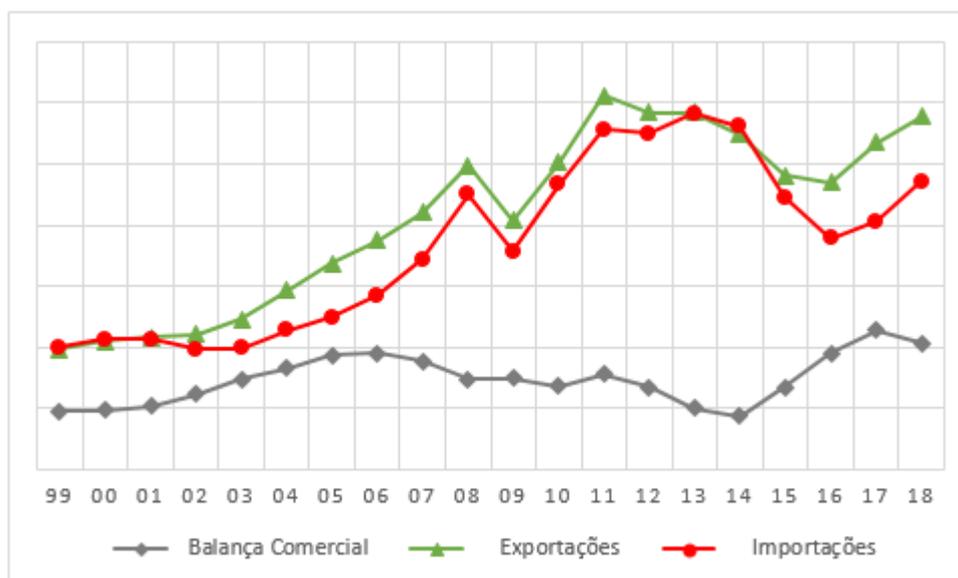
Gráfico 1 – Contribuição das Exportações e Importações na Balança Comercial analisada por governo no período de 1999 a 2018.



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

O gráfico 2 também ilustra o resultando da Balança Comercial e o comportamento da exportação e da importação, porém, agora, separado por ano (1999-2018).

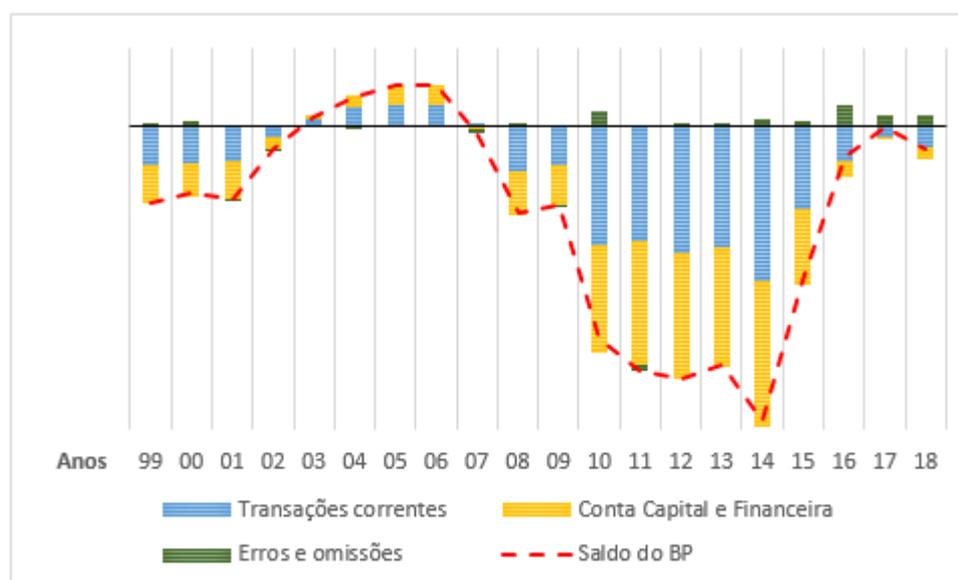
Gráfico 2 – Contribuição das Exportações e Importações na Balança Comercial analisada anualmente (1999 a 2018).



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

Por fim, o gráfico abaixo ilustra a contribuição das principais contas do Balanço de Pagamentos (Transações Correntes, Conta Capital e Financeira, Erros e Omissões), bem como o comportamento do BP nesse período. Destaca-se que para uma melhor visualização, foram somados os valores das Contas Capital e Financeira.

Gráfico 3 – Contribuição das contas Transações Correntes, Capital e Financeira, e Erros e Omissões no saldo do Balanço de Pagamentos(1999-2018).



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2019).

4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE BRASILEIRA E O IMPACTO NA BALANÇA COMERCIAL

O processo de desindustrialização é algo discutido entre os economistas desde a década de 80. Há duas vertentes que explicam a desindustrialização: a desindustrialização natural, “que ocorre de forma gradual à medida em que um país se desenvolve e, conseqüentemente, se especifica em determinadas etapas de seu processo produtivo.” (MENDONÇA E MORINI, 2016, p. 2) e a desindustrialização precoce, onde “as indústrias de um país- que ainda está se desenvolvendo-, deixam de participar da economia antes de estarem completamente desenvolvidas.” (MENDONÇA E MORINI, 2016, p. 2).

Existem evidências para classificar que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização, sendo esta não benéfica. De acordo com Mendonça e Morini (2016), as pautas de exportação brasileira apresentaram déficits crescentes nos produtos manufaturados de maior complexidade. O que impediu déficit na Balança Comercial foram as exportações de commodities.

Bonelli et al (2013) apud Mendonça e Morini (2016) afirmam que a desindustrialização nos países desenvolvidos ocorrem devido ao crescimento econômico, especialização do setor industrial e mudanças nos hábitos de consumo, o que leva a um deslocamento produtivo da indústria para o setor de serviços, por conseguir absorver um número maior de mão de obra.

Porém, o segundo tipo de desindustrialização é disfuncional pois apresenta a reprimarização da Balança Comercial. Mendonça e Morini (2016) explicam que as indústrias retrocedem, deixando de exportar bens manufaturados de maiores intensidade tecnológica, exportando bens de baixa complexidade tecnológica e commodities.

Neste segundo caso, a desindustrialização é vista como algo negativo, uma vez que é causada por uma falha de mercado que irá comprometer toda a indústria, fazendo com que percam seu espaço no mercado antes de atingirem seu estágio final de maturidade. Esse último processo, é considerado como um fenômeno patológico para a economia, pois é decorrente de falhas do setor e ocorrem principalmente em países desindustrializados ou então de industrialização tardia, que enfrentaram e ainda enfrentam dificuldades para modernizar o setor. A desindustrialização não está apenas associada à reprimarização da pauta exportadora, a principal causa que evidencia a perda de participação da indústria na economia é o aumento do desemprego associado a uma estagnação na

renda, uma vez que a mão de obra liberada pelo setor industrial não é absorvida pelo setor de serviços (MENDONÇA E MORINI, 2016, p.3).

A precocidade da desindustrialização significa, de acordo com Bresser Pereira (2008) apud Mendonça e Morini (2016), que há falhas de mercado, normalmente mudanças tecnológicas, que levam etapas produtivas para países com mão de obra mais barata, além da ocorrência da “doença holandesa”.

A “doença holandesa”, teve origem na década de 1970 na Holanda, e é definida por Mendonça e Morini (2016) como a exportação de produtos básicos e commodities baratos “em excesso”, pois essa produção e exportação torna a taxa de câmbio mais valorizada. Com o câmbio valorizado, os produtos manufaturados de maior complexidade tornam-se relativamente mais caros e menos competitivos. De acordo com Oreiro e Feijó (2010) apud Mendonça e Morini (2016), a desindustrialização precoce é representada por meio de déficits crescentes nos setores industriais e superávits crescentes nos setores não industriais. A economia que passa por esse processo precoce não atinge o ponto de maturidade dos setores industriais. “Isso quer dizer que o país afetado pela “doença holandesa” mina a sua capacidade de desenvolvimento econômico sem ter esgotado toda a capacidade produtiva que o setor manufatureiro poderia proporcionar.” (MENDONÇA E MORINI, 2016, p. 6).

Estes processos podem ser identificados no Brasil, segundo Carvalho (2011) apud Mendonça e Morini, as exportações de bens de baixa complexidade tecnológica e commodities, como petróleo, grãos, alimentos e minérios tem superado em muito as exportações de bens de maior complexidade tecnológica, como aeronaves e bens cosméticos e farmacêuticos.

O enorme fluxo de produção e exportação de commodities faz com que outras nações tenham maior demanda pela moeda nacional, e com isso, valoriza-se o real. Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2008) apud Mendonça e Morini (2016), quando o real se torna uma moeda valorizada, os bens manufaturados brasileiros tornam-se relativamente mais caros e, portanto, menos competitivos.

Nascimento (2014) citando Bresser-Pereira (2013) também chega a conclusões similares, sobre como o câmbio valorizado, causado pelas exportações de commodities, prejudica as exportações de produtos industriais brasileiros. Nascimento, porém, ressalta a relevância da China em tal processo.

Nascimento (2014) enxerga a atuação chinesa afetando e alimentando a desindustrialização precoce brasileira em três maneiras. Na primeira, a elevada demanda chinesa devido a sua produção e crescimento, necessitam de enorme quantidade de insumos, então, importam muitos commodities do Brasil. O segundo ponto levantado pelo autor é que a valorização do câmbio brasileiro devido ao aumento das exportações, e a desvalorização do câmbio da moeda chinesa devido a sua política cambial, associada à alta produtividade industrial chinesa e baixa produtividade industrial brasileira, levam à uma substituição da produção interna industrial pela a importação dos bens chineses. Em terceiro lugar, temos que devido à alta produtividade industrial chinesa e câmbio desvalorizado, em comparação com a baixa produtividade industrial brasileira e câmbio valorizado, faz com que a indústria brasileira perca também o mercado internacional.

Mendonça e Morini (2016) avaliam que outro fator para a “doença holandesa” brasileira é estrutural, e vem do processo de industrialização brasileiro. Mendonça e Morini (2016) afirmam que o protecionismo da indústria brasileira tem origem desde o final do século XIX. Oliveira (2012) apud Mendonça e Morini (2016) afirma que o protecionismo se faz necessário no processo da indústria nascente, para fortalecimento da indústria nacional e correção de problemas estruturais na Balança Comercial.

Porém, como explicado por Braga, Dávila e Vizioli (2013) apud Mendonça e Morini (2016), quando o protecionismo é aplicado por longos períodos de tempo, ocorre desestímulo de investimento em pesquisa e desenvolvimento. Como resultado a indústria desenvolve-se com relativo atraso, sendo necessário a importação de bens intermediários e bens de capital, o que tornam o produto mais caro e menos competitivo no mercado internacional.

No Brasil, as maiores tarifas protecionistas são aplicadas sobre bens intermediários, os quais são usados para a fabricação de bens finais. E as tarifas aplicadas sobre esses produtos ocorrem com intuito de proteger a indústria nacional, visto que elas são aplicadas a todos os produtos que o Brasil importa, deixando-os com preços mais elevados do que os nacionais. Contudo, quando aplicadas de forma excessiva, pode elevar o custo de produção dos bens finais, fazendo com que a indústria se torne menos competitiva por ter seus produtos com preços mais elevados no mercado. (MENDONÇA e MORINI, 2019, p.9).

A desindustrialização, de acordo com Mendonça e Morini (2016), citando comentários da Confederação Nacional da Indústria (2014), tem impacto direto na diminuição dos superávits da Balança Comercial, uma vez que o valor dos produtos importados tem se mostrado mais vantajosos do que os produtos produzidos nacionalmente, visto que os custos das empresas cresceram assim como os custos de produção.

As commodities tem influenciado positivamente o saldo da balança comercial brasileira. Indústrias de atuação primária, como as extrativas, obtiveram um crescimento de 5,4% entre 2013 e 2014, e é o que tem evitado uma queda ainda maior do déficit no setor industrial (CNI, 2014). Apesar de ser algo benéfico à economia, deixar um país dependente da exportação de commodities torna-o vulnerável às demandas do mercado externo, nos médio e longo prazos, pois o país fica à mercê das oscilações de preços (naturais do mercado de commodities). Para o Brasil, os produtos primários tiveram um impacto significativo na balança comercial até 2007, pois a economia internacional se encontrava aquecida, porém com a crise de 2008 e o resfriamento da economia, as exportações desses produtos decaíram. Os déficits correntes gerados pela crise nos diversos países do mundo os fizeram parar de comprar. A China, que era até então a principal compradora de produtos primários brasileiros, reduziu suas importações pela metade, e a balança comercial brasileira registrou essas consequências. (MENDONÇA e MORINI, 2016, p.12)

A desindustrialização precoce apresenta diversas complicações. Uma desses problemas, explicado por Braga et al (2013) apud Mendonça e Morini (2016), é que a indústria é essencial para o desenvolvimento econômico de uma nação, pois apresenta o efeito encadeamento, um efeito cíclico, que devido ao ambiente propício para difusão de tecnologia e inovações, aumenta a produtividade e afeta outros setores, o efeito spillover, criando um ciclo virtuoso. A desindustrialização precoce acaba com essa possibilidade.

Outra grave consequência segundo Mendonça e Morini (2016) é a exclusão das Cadeias Globais de Valor. Desde a concepção do bem ou serviço, passando por sua produção, até chegar ao seu consumidor final, este processo está totalmente inserido dentro da lógica das Cadeias Globais de Valor. Buaman e Kume (2013) apud Mendonça e Morini (2016) afirmam que o Brasil tem assumido posição marginal na economia globalizada, pois para ser parte relevante deste processo é necessário que a economia apresente baixos custos de produção, facilidade para importar insumos, engenharia eficiente para o processo de baixo custo de transporte e de coordenação dos processos entre as diferentes unidades.

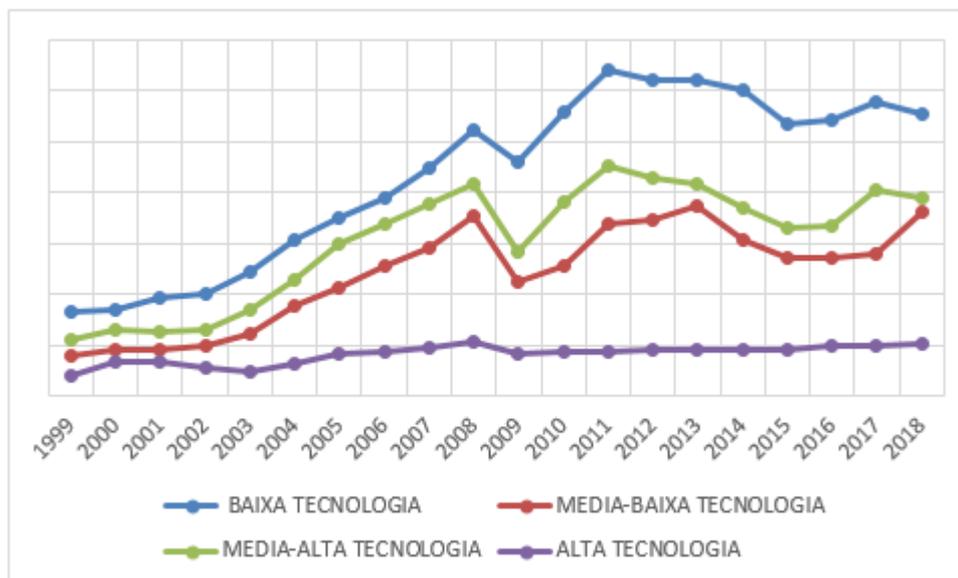
O Brasil ocupa uma posição marginal nessas cadeias desde os anos 1990, uma vez que a combinação de abertura comercial, câmbio valorizado e juros altos ocasionou o desaparecimento de alguns elos de cadeias produtivas da indústria de transformação, o que gerou perda de valor agregado no país em várias cadeias de produção. Nos anos 2000, época em que o país podia reverter o quadro, a taxa de câmbio e os juros se mantiveram nos mesmos níveis da década anterior, o que prejudicou as exportações do setor industrial e os investimentos em setores com maior dinamismo. Assim, o país não acompanhou o avanço e a diferenciação industrial que ocorria globalmente e não se integrou aos fluxos de comércio exigidos pela nova configuração da produção. (MENDONÇA e MORINI. p. 13. 2016).

De acordo com Mendonça e Morini (2016), o boom das commodities criou superávits na Balança Comercial, que conseguiram encobrir os crescentes déficits da indústria nacional. Tal situação evidenciou a dependência das commodities para ser capaz de gerar superávits. Isso é problemático, pois tais bens possuem uma demanda bem elástica, tendo seu valor facilmente abalado por distúrbios internacionais, como foi provado pela crise mundial de 2008.

As análises realizadas ajudam a perceber que, embora a desindustrialização precoce brasileira tenha sofrido influência do câmbio valorizado, dos superávits gerados pelas commodities ou pela influência chinesa (seja afetando as pautas de exportações e importações brasileiras), a “doença holandesa” em sua versão tupiniquim tem também problemas estruturais que já se acumulam de décadas, como o exacerbado protecionismo, o baixo nível de investimento em pesquisa e desenvolvimento, o baixo nível de produtividade e de inovação, a dependência de commodities e a forte dependência da indústria brasileira da indústria exterior.

O gráfico 4 demonstra que a exportação de bens de alta tecnologia quase não sofreu mudança, evidenciando uma estagnação. Os bens de média-baixa e média-alta tecnologia seguem a tendência de exportação dos bens de baixa tecnologia, mas em uma proporção muito menor, um exemplo da dependência das commodities para alcançar o superávit na Balança Comercial.

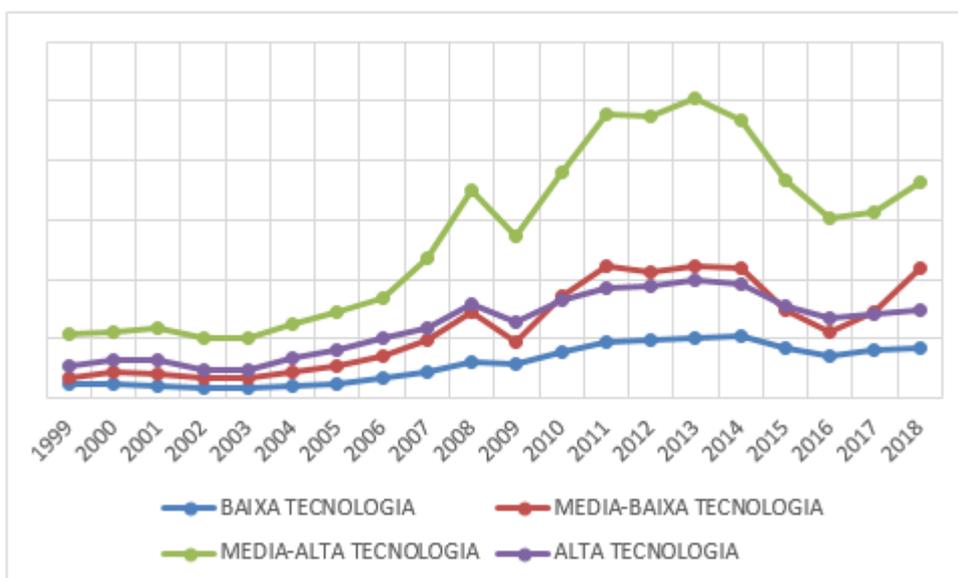
Gráfico 4 – Exportações brasileiras de produtos de Baixa, Média-Baixa, Média-Alta e Alta Tecnologia (1999-2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

O gráfico 5 ressalta a dependência nacional da indústria externa, já que grande parte das importações são de bens de média-alta tecnologia, entre eles, bens de capital.

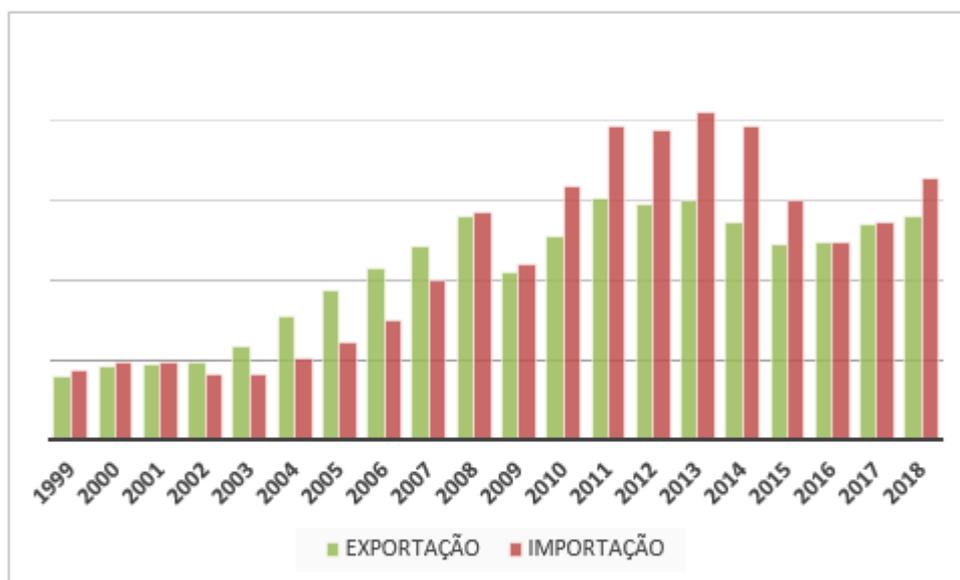
Gráfico 5 – Importações brasileiras de produtos de Baixa, Média-Baixa, Média-Alta e Alta Tecnologia (1999-2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

O aumento das importações indica crescente fraqueza das indústrias brasileiras, que não conseguem competir com os bens produzidos externamente, e fica mais viável importar do que produzir. O gráfico 6 demonstra como as importações brasileiras de produtos de baixa, média e alta tecnologia cresceram frente às exportações a partir de 2009.

Gráfico 6 – Comparação entre as Exportações e Importações brasileiras de produtos de Baixa, Média-Baixa, Média-Alta e Alta Tecnologia (1999-2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

O gráfico 7 mostra a rapidez do processo de desindustrialização nacional, com as exportações totais se distanciando cada vez mais da exportação total.

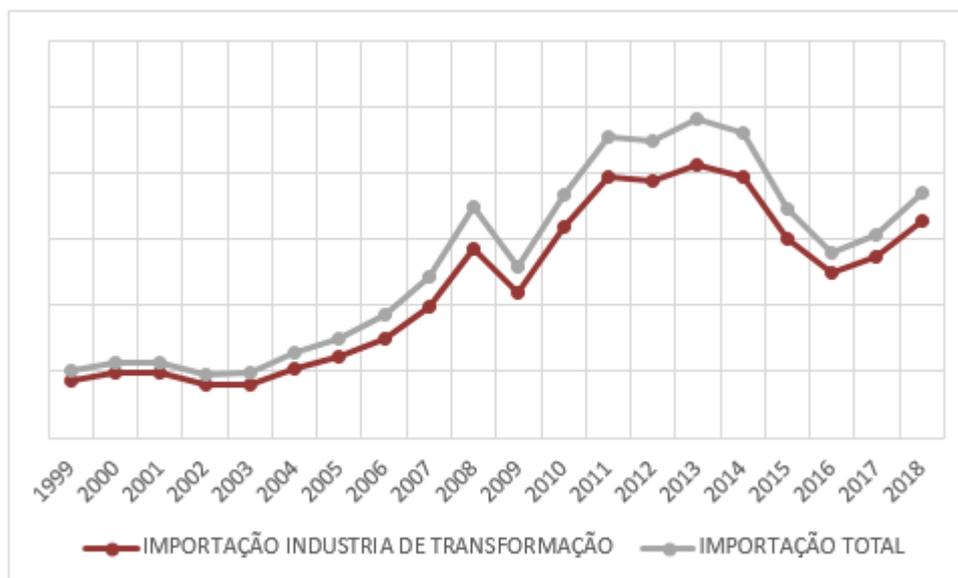
Gráfico 7 – Análise do percentual das Exportações brasileiras de produtos de Baixa, Média-Baixa, Média-Alta e Alta Tecnologia frente às Exportações Totais (1999-2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

O gráfico 8 ilustra como boa parte das importações feitas pelo país são de bens intermediários e bens de capital, necessárias para a própria produção industrial nacional. Outra evidência das falhas estruturais do processo de industrialização brasileiro.

Gráfico 8 – Análise do percentual das Importações brasileiras de produtos de Baixa, Média-Baixa, Média-Alta e Alta Tecnologia frente às Importações Totais (1999-2018)



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2019).

5 CONCLUSÃO

Os impactos da desindustrialização brasileira são percebidos ao longo dos anos, com a Balança Comercial apresentando superávits cada vez menores e o Balanço de Pagamento, apresentando déficits cada vez maiores. O desemprego e a informalidade também têm aumentado, uma vez que está ocorrendo a reprimarização da economia, e não sua natural transição para o setor de serviços. Logo, parte da mão de obra não tem sido reempregada.

Mendonça e Morini (2016) afirmam que se o Brasil integrar-se com as Cadeias Globais de Valor é desenvolvida sua economia como um todo, com atenção especial para alguns setores, deixando assim as indústrias brasileiras modernas e competitivas.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) faz uma análise em sua Carta IEDI publicada em 22/03/2019 sobre a nova estratégia industrial alemã. No documento, o IEDI (2019) afirma que foram encontradas ameaças à indústria no mundo, sendo que comparada a certas indústrias de outros países, a Alemanha acumula certa defasagem.

O IEDI (2019) afirma que a Alemanha tem ciência de que sem a indústria, a Alemanha não seria capaz de manter os elevados níveis de renda, educação, saúde, infraestrutura, segurança social e proteção ambiental.

Segundo o IEDI (2019), a estratégia alemã tem como pontos a soberania e a capacidade industrial e tecnológica; a reindustrialização; a preservação das cadeias domésticas de valor; o fortalecimento das pequenas e médias empresas industriais; viabilizar o surgimento de setores “campeões nacionais e europeus”; realizar o catch-up; manter limites à intervenção estatal, mantendo o princípio econômico de proporcionalidade (intervenção estatal quanto maior for a importância do setor, mas mesmo assim apenas por um período limitado de tempo).

Se um país desenvolvido e que não passou por um processo de desindustrialização nocivo como o Brasil está realizando políticas desenvolvimentistas industriais, faz-se necessário que o Brasil também siga práticas similares, com algumas ressalvas considerando o próprio contexto histórico, político e socioeconômico.

De acordo com Mendonça e Morini (2016), é necessário evitar os pontos de sufocamento que impedem a correta industrialização nacional, como as elevadas taxas de juros, a burocracia, e investir mais em pesquisa e desenvolvimento, logística, infraestrutura e comunicação.

Mendonça e Morini (2016) afirmam que o setor privado e o setor público devem, conjuntamente, desenvolver a indústria nacional, antes de expô-la, totalmente sem condições, à concorrência externa, como foi feito na década de 1990. É primordial também que as políticas industriais e políticas macroeconômicas sejam complementares e coerentes, para que haja resultados positivos na indústria, interna e externamente. Por último, os autores também afirmam a importância da continuidade do projeto de desenvolvimento nacional, com o país se adaptando a novas tendências, sem interromper ou prejudicar a agenda desenvolvimentista industrial nacional.

REFERÊNCIAS

- ANTERO, André Luis. **Trajetória das Exportações e Importações Brasileiras e a Vulnerabilidade Externa – 1998 a 2009**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291738>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informações Econômico-Financeiras**. Brasília: BACEN, 2019. Disponível em: <<https://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg152p.htm>>. Acesso em: 02 out. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Histórica do Balanço de Pagamentos**. Brasília: BACEN, 2019. Disponível em: <<https://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg152p.htm>>. Acesso em: 02 out. 2019.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. São Paulo: Novos princípios da estratégia industrial alemã, 2019. versão online. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_914.html>. Acesso em: 22 out. 2019.
- KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010
- LEÃO, Vital Alexandre. **Contas Externas do Brasil: Evolução Recente**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Alexandre_Vital_Leao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.
- MENDONÇA, Marina; MORINI, Cristiano. **Evidência da Desindustrialização Brasileira: Sintomas e Soluções**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 12., 2016, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: Inovarse, 2016. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_256.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Séries Históricas – Intensidade Tecnológica**. Brasília: BACEN, 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 02 out. 2019.
- NASCIMENTO, Alexandre Tomaz do. **As Contas Externas do Brasil no período 2000-2013: melhora estrutural?** Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1336/1/Ascontasexternas_Monografia.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

PRATES, Rodolfo Coelho; REZENDE, Adriano Alves de. Considerações a respeito do Balanço de Pagamentos: uma análise da evolução e dinâmica das contas brasileiras no período de 2000-2014. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 128, p. 65-81, jan./jun. 2005.